

GUIMARÃES

numa resenha urbanística do século XIX

O burgo vimaranense, já assim designado, formou-se nos meados do século X à volta do Mosteiro dúplice dedicado ao Salvador do Mundo, à Virgem Maria e aos Santos Apóstolos, fundado pela condessa galega Mumadona em cumprimento de uma disposição testamentária do conde Ermenegildo Mendes, que fora seu marido.

Para a defesa do Mosteiro e depois da invasão normanda ocorrida em 959, Mumadona mandou construir o Castelo, situando a Torre Central, ou de menagem, na parte mais elevada, como elemento de protecção militar tipicamente medieval. O testamento de Mumadona confirma o valor e a riqueza do Mosteiro que, foi, portanto, o núcleo cristianíssimo de Guimarães.

O burgo foi crescendo concentricamente numa atmosfera elevada de misticismo: no vale, em torno do Mosteiro, no alto em volta do Castelo, depois que o conde D. Henrique de Borgonha aqui estabeleceu a sua residência com D. Teresa, sua mulher, e guarneceu o reduto do Castelo de novas torres e mais fortes muralhas, até se tornar, após a memorável Batalha de S. Mamede, ocorrida em 24 de Junho de 1128, na capital de um reino independente que se iria alargar, em reinados sucessivos, até às terras do Algarve e às paragens longínquas da Índia e do Brasil.

D. Dinis, depois, cingiu todo o burgo de muralhas e nelas existiram as portas da Freiria, a Torre dos Cães, a Torre da Senhora da Guia, a Torre Velha, a Torre da Alfândega, a Torre da Piedade (ou Porta de S. Domingos), a Torre de S. Bento (ou Porta de Santa Luzia), e a Torre da Garrida (ou Porta de Santo António).

Mas se a coroa da colina histórica era constituída pelo Castelo, o centro de irradiação espiritual concentrava-se no Mosteiro. A formação dos povoados, nesse tempo, era, apenas, de ordem gregária natural, numa solidariedade de interesses em que a estética aparecia mais como consequência do que, propriamente, como fim.

Obedecendo a essa ordem gregária de garantir ao homem certa segurança e relativa tranquilidade, os aglomerados urbanos desenvolviam-se sem planos previamente estabelecidos ou antecipadamente elaborados, mas somente no sentido do interesse imediato e do máximo aproveitamento do espaço da zona protegida, sem preocupações do funcional, juntando-se uma casa à outra, e assim sucessivamente, formando-se deste modo uma trama de ruas estreitas que ligavam as zonas habitacionais apenas desafogadas por pequenos terreiros com seus topónimos de localização a que os perímetros muralhados modelavam os contornos.

Porém, com o rodar dos tempos e a falta de espaços livres nessas zonas, as necessidades de desenvolvimento começaram a fazer-se sentir levando a extravasar e a alastrar o casario para zonas desprotegidas, extra-muros, mas em contacto directo com o burgo primitivo.

Desenvolvimento lento, fechado entre si, a preocupação do aproveitamento do terreno nas proximidades dos muros existentes, continuava a definir-se por tramos de ruas ainda também estreitas mas ricas de evocações históricas e de conjuntos arquitectónicos que foram desaparecendo no decorrer dos tempos

Foi por volta de 1587 que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia resolveu construir casa própria, na então Rua Sapateira, para as suas instalações, até aí existentes na Crasta da Colegiada, para o que se dirigiu ao Rei nesse sentido.

Por aviso régio de 30 de Junho de 1653 foi-lhe concedida licença para poder adquirir pelo preço de 140\$00 réis «a Filipe Pereira do Lago, administrador do morgado dos Mirandas, a torre e pardieiros que estavam na Rua das Flores», depois desaparecida pelo alargamento do Campo da Misericórdia. A torre, ao que parece, estava arruinada há mais de 60 anos e desabitada, e a sua pedra foi depois aplicada na construção da casa projectada.

Em gravuras existentes, de 1747, verifica-se que, nessa altura, se encontrava completa toda a obra do edifício e da igreja e ainda se conservavam a Torre da Senhora da Piedade (que viria a ser mais vulgarmente conhecida por Porta da Vila) e a Torre Velha.

Numa dessas gravuras nota-se não existir então a Casa dos Lobos Machados (actualmente sede da Associação Comercial), dado que a sua construção só se iniciou em 1754 (1).

(1) Manuel Alves de Oliveira, *Rectificação a uma nota de Robert S. Smith a propósito da Casa dos Lobos Machados*. Braga, 1977.

Em *Memórias Resuscitadas da Província de Entre Douro, e Minho*, manuscrito do bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeeck, datado de 1726, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e do qual foram tiradas fotocópias que se guardam no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, assim era descrito o Toural: «...pela parte do nascente é todo guarnecido do muro da vila, e do poente de casas nobres: nele se fazem todos os festejos que na vila há, assim pela sua grandeza como pelo sítio para tudo acomodado. No princípio dele, da parte do norte, está um grande cruzeiro muito levantado e muito bem pintado, e fronteiro a ele, para a parte sul e fim do dito campo, um grande chafariz com muitas bicas e vários assentos à roda onde a nobreza vai recrear-se no verão, todas as tardes. Foi feito o dito chafariz no ano de 1588, por Telo Gonçalves Lopes, imaginário, que morava na rua da Caldeiroa e veio a taça do meio de Gonça; trouxeram-na 30 juntas de bois e veio pelo Miradouro, que rodeou de Gonça ao Miradouro por ser o caminho mais chão, e vinham cortando matos e derrubando casas para a dita taça vir a seu gosto do imaginário, e à custa del Rei se tornaram a levantar as ditas casas, porque para este chafariz deu el-Rei quarenta mil reis na imposição de cada ano até se fazer...»

Quando em 1793 a Câmara representou à Rainha D. Maria I acerca do «dano que resultava ao público do projecto que o Juiz de Fora interino posera em execução, repartindo em particulares aforamentos toda a extensão do terreiro que ficava contíguo ao muro da vila ao longo do campo do Toural, terreno de que sempre se servira o público para fazer a feira do pano de linho para que tinha toda a propriedade, por ser lugar alto formado em escadaria, e que verificando-se os ditos aforamentos não só ficava deturpado e informe o campo, mas também as casas que ali se edificassem teriam muito pouco fundo e seria preciso que se encostassem sobre a muralha que garante a vila, ao mesmo tempo que pela parte exterior devia ficar livre maiormente havendo em outros diversos terrenos aptidões para semelhantes aforamentos se fazerem com mais utilidade em direcção de projecto, do que ali, aonde ficaria diminuída a largura do campo, e este perdendo a sua nobreza, com que a vila se condecorava, pois que pouca tinha e a extensão ficaria na parte dos pretendidos aforamentos muito mais estreita e sem regularidade, o qual campo tinha de comprido desde as escadas do Postigo de S. Paio até às do cruzeiro⁽²⁾ 77 varas e meia e 1 palmo, tendo o terreiro de superfície

(2) O chamado «Cruzeiro do Fiado».

3233 varas quadradas menos meio palmo, dentro do qual estava o terreno que se aforara a André Coelho Rodrigues, António José de Macedo, João Baptista Teixeira, Luís José de Sousa, João Baptista Gonçalves e António José de Sousa, para a parte do nascente junto ao muro, o qual compreendia 6 varas de largura em toda a extensão do dito muro que confrontava com o campo e que estava entre o Postigo de S. Paio e a Torre da Senhora da Piedade encerrando por semelhante forma 465 varas quadradas de superfície, que abatida da medição total ficava a superfície de todo o campo reduzido somente a 2768 varas quadradas menos meio palmo, cuja diminuição não só o faziam disforme e irregular, mas até pouco próprio e cómodo para as feiras que de necessidade se haviam de espalhar por outros sítios menos capazes para o mercado; mostrando-se igualmente por isso obrar o dito ministro com precipitação em proceder aos ditos aforamentos fundando-se na real resolução de 4 de Agosto de 1767, que a respeito desta comarca ampliara a lei de 23 de Julho de 1766, de cuja faculdade não devia abusar...», a Rainha declara que «não deixava de ser louvável a deliberação com que André Coelho Rodrigues, António José de Macedo, João Baptista Teixeira, Luís José de Sousa, João Baptista Gonçalves e António José de Sousa pediram os aforamentos do denunciado terreno para nele edificarem casas à custa de um grosso cabedal, de que tarde se indemnizariam, de onde resultava grande interesse à real fazenda pelas décimas e sisas, e ao concelho pelo avultado foro de 60 mil reis estipulado, e que sendo a vila toda murada tendo na sua circunferência 7 torres que serviam de ornamento de armas, porém os muros pela sua respeitável antiguidade porque já não conservavam toda a solidez, de que tinha resultado alguma ruína, e por isso no estado actual das cousas não podiam resistir ao menor ataque, vindo por consequência a servir mais de embaraço do que de utilidade a sua conservação; Ordena ao provedor da comarca que faça demolir a parte do dito muro, para poderem os ditos enfiteutas puxar as suas casas até à frente dele, permitindo que cada um nas suas testadas pudesse abrir as portas que lhes fossem necessárias para formar lojas de comércio na maneira delineada noutra planta, que se remetia, conservando o campo a sua mesma largura e comodidade para a dita feira; e fazendo igualmente intimar que os partes que fizessem os ditos aforamentos na forma referida seriam obrigados a tirar os títulos competentes pela Mesa do Desembargo do Paço; procedendo outro sim à dita demolição do muro e pondo em hasta pública a pedra, cujo produto faria aplicação para os consertos e reparos das obras públicas da vila, principalmente das calçadas, que se achavam impraticáveis e no

estado mais indigno, visto a comarca não ter rendas suficientes para os consertos» (3).

A alusão respeitante à lei de 23 de Julho de 1766, no reinado de D. José I, 11 anos depois do terramoto de Lisboa em 1755, e a referência a «outra planta que se remetia», denunciam, claramente, que o projecto da construção das casas na ala nascente do Toural foi delineado em Lisboa sob influência do «pombalino», como aliás acontecera com Vila Real de Santo António.

Em Agosto de 1794, já no reinado de D. Maria I, o provedor da Misericórdia, Tomás do Couto e Silva, cónego arcediogo de Vila Cova, por «virtude de na travessa ou viela da Arrochela se andarem renovando casas em toda a extensão dessa viela fazendo frente para o Toural, as quais subiam já segundo o risco muito acima das antigas casas e muros» propôs a convocação dos médicos da vila para se pronunciarem sobre o dano que poderiam padecer as enfermarias do hospital com essas obras que lhes tirariam luz e ar, «e logo sendo chamados o dr. Sebastião Navarro de Andrade, o dr. João Rodrigues Cordeiro, o dr. José António de Freitas e o dr. Miguel Ribeiro, todos concordaram que o dito caso era digno de uma infalível providência e que o prejuizo era certo não só aos doentes do hospital, mas que do mesmo modo se podia originar uma epidemia transcendente a toda esta vila; à vista do que toda a Mesa resolveu se requeresse a Sua Magestade (visto que nesta causa interessava o bem público) para a mesma Sr.^a dar as prontas providências de que se precisava, e que no entanto se requeresse embargo nas obras das sobreditas casas» (4).

As obras indicadas foram, no entanto, progredindo. Demolidas as cinturas defensivas, o desenvolvimento do burgo foi tomando outra feição e o progresso urbanístico que se foi desenvolvendo fez desaparecer certos aspectos característicos das antigas construções dos séculos XIV e XV que constituíam elementos básicos do cenário típico do velho burgo.

Até as ruínas do velho Castelo estiveram ameaçadas, pois em 31 de Janeiro de 1836 José Manuel da Costa, botequineiro, lembrando que o Castelo fôra «hua prisão barbara» (por nos tempos do Rei D. Miguel, ter sido prisão política) propôs, como sócio de uma denominada «Sociedade Patriótica Vimaranense», que o Castelo fosse

(3) João Lopes de Faria, «Efemérides», vol. 3, pág. 53. Livro manuscrito existente na Sociedade Martins Sarmento.

(4) *Ibidem*, pág. 150v.

arrasado e a pedra aplicada no conserto das ruas, o que, felizmente, não foi levado a cabo.

Se tal se tivesse dado, já Guimarães não teria sido incluída no programa das comemorações centenárias de 1940, nem Salazar poderia, nesse sempre memorável dia 4 de Junho, afirmar na sua tão patriótica exortação:

«Cobrimos de flores, trazidas dos quatro cantos do Mundo, as pedras mortificadas sobre que se ergue este castelo, como se piedosamente se beijassem as feridas de um herói ou se alindasse o berço de um santo. Vimos de longe, alguns de muito longe, a visitar a velha casa de seus velhos pais, a cidade augusta onde primeiro bateu, com o coração do primeiro rei, o coração de Portugal».

Mantiveram-se, porém, alguns padrões ameaçados bem como as ruínas dos Paços dos Duques, que nos davam uma noção, embora fragmentada, dessas remotas épocas, visto que o resto foi sacrificado à arquitectura dos séculos XVIII e XIX, já de nítida influência barroca, com que se alindaram algumas ruas e largos.

Destes aspectos negativos resultaram, no entanto, outros de sentido positivo, como foi o do reconhecimento da necessidade de um plano de urbanização, de que foi encarregado o engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro, professor de arquitectura civil e naval da Academia Portuense de Belas Artes, por virtude de escritura que entre ele e a Câmara Municipal foi celebrada em 2 de Outubro de 1863. É este o primeiro plano de urbanização de Guimarães que conhecemos e se encontra no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, e é de grande utilidade para o estudo urbanístico dessa época pelos elementos que nos fornece sob o aspecto do desenvolvimento que se lhe seguiu.

Esse plano⁽⁵⁾ compõe-se de 13 folhas e um preâmbulo em que foram estabelecidas as distâncias trigonométricas assim calculadas: — 1) Do Castelo ao Quartel, 198,167; 2) Do Castelo ao Hospital, 134,697; 3) Do Hospital ao Quartel, 169,834; Do Hospital ao mirante do Ex.^{mo} Visconde de Pindela, 218,750; 5) Do Quartel ao mesmo mirante, 170,512; 6) Do Quartel ao Asilo, 115,193; Do Asilo ao mirante do Sr. Visconde, 100,839; 8) Do Asilo ao mirante dos Laranjais, 161,845; 9) Do mirante Pindela aos Laranjais, 166,549; 10) Do Asilo à torre da Oliveira, 297,111; 11) Do mirante dos Laranjais à Torre da Oliveira, 219,847; 12) Do mirante dos Laranjais ao mirante

(5) Esta parte foi já publicada no volume *Guimarães do Passado e do Presente*, págs. 16 a 39, Guimarães, 1985, mas é agora acrescentada com novos pormenores.

da Misericórdia, 161,326; 13) Da torre da Oliveira ao mirante da Misericórdia, 157,245; 14) Da torre da Oliveira à torre de S. Paio, 213,322; 15) Do mirante da Misericórdia à torre de S. Paio, 173-274; 16) Do mirante da Misericórdia à torre de S. Domingos, 211,537; 17) Da torre de S. Domingos à torre de S. Paio, 185,199; 18) Da torre de S. Paio à torre das Dominicás, 277, 212; 19) Da torre de S. Domingos à torre das Dominicás, 163,769; 20) Da torre da Oliveira à torre de S. Francisco, 261,093; 21) Da torre de S. Paio à torre de S. Francisco, 224,633; 22) Da torre de S. Francisco à casa da Rua de Couros, 97,021; 23) Da torre da S. Paio à casa da Rua de Couros, 245,822; 24) Da torre da Oliveira à igreja do Campo da Feira, 322,169; 25) Da torre da igreja do Campo da Feira à torre de S. Francisco, 221,080; 26) Da torre da Oliveira à casa das Hortas, 335,297; 27) Da casa das Hortas à igreja do Campo da Feira, 198,687; 28) Da igreja do Campo da Feira à igreja das Capuchas, 178,956; 29) Da igreja de S. Francisco à igreja das Capuchas, 295,324.

Passemos agora às folhas. A n.º 1 respeita ao Tereiro do Cano, e quanto aos melhoramentos para ele projectados informa o Eng.º Almeida Ribeiro:

«O nível da Rua das Oliveiras de Santa Cruz deve desaparecer e terraplanar-se todo o terreiro do Cano efectuando-se os necessários rebaixos nas ruas que desembocam nele. Quanto às ruas do Cano de Baixo e do Cano de Cima apenas indiquei novos alinhamentos nos primeiros lanços, pois pelo que respeita à primeira delas sou de opinião que a Câmara deve desprezar o segundo lanço e continuar a rua no sentido do primeiro, e relativamente à Rua do Cano de Cima é ela tortuosa e, depois da abertura da nova estrada de Fafe, de tão pouca importância, que julgo que o melhor a fazer é não gastar muito dinheiro no seu melhoramento procurando-se todavia dar-lhe uma largura constante em todo o seu comprimento.

A face desta folha verifica-se que era designada por Cano de Baixo a rua onde está situada a casa do visconde de Lindoso e cujo alinhamento se propunha por esse palacete até ao portão da quinta da Veiga. O Terreiro tinha, mais ou menos, a configuração actual e pela parte nascente ficava a Rua das Oliveiras de Santa Cruz. A Rua do Cano de Cima começava próximo do oratório do Senhor do Amparo e prolongava-se até à capela de Santo António de Arcela.

A folha n.º 2 abrange toda a zona entre os Paços dos Duques de Bragança e o Castelo. Em frente aos Paços existia o Largo dos Quar-

teis de onde irradiavam a Rua de Santa Bárbara, o Largo de Santa Margarida, a viela do mesmo nome, e a Rua de S. João do Castelo.

Dizia o Eng.º Almeida Ribeiro:

«A amenidade do sítio, por certo o melhor de Guimarães, e talvez um dos mais pitorescos da Província do Minho, e a excessiva barateza das expropriações suscitaram-me o projecto de uma alameda para passeio público... Esta alameda deve ser limitada pelo lado norte da Rua de Santa Bárbara, pela rua que projectei por detrás do Quartel, e pela que actualmente comunica a Rua de Santa Cruz com o Largo dos Quarteis abatendo se à altura ordinária de um parapeito o muro chamado do Asilo. O edifício do Quartel e a igreja de Santa Margarida (º) devem ser conservados como monumentos de recordações nacionais. O mesmo digo do Castelo, antiga habitação dos Reis de Portugal, e que hoje pode servir de excelente miradouro para os passantes. Abrir uma nova comunicação da Rua da Porta de Santo António para o Largo dos Quarteis mais larga que a actual e colocado em frente da porta que deve ter o Quartel depois de acrescentado em conformidade com o que está projectado, e vai marcado na planta. Conservei na Rua de Santa Cruz os maiores alinhamentos nela existentes, os quais prolonguei até ao Terreiro do Cano, e liguei por meio de uma curva com o alinhamento da Torre dos Cães. O projecto desta rua tem 12,50 de largura.

A alameda projectada tomava por alinhamento as trazeiras dos Paços dos Duques, de onde partia a viela dos Quarteis que ligava à hoje desaparecida Rua de Santa Cruz. No alinhamento que se estabelecia pelas trazeiras das casas da Rua de Santa Cruz teria de ser sacrificada uma parte da muralha então ainda existente.

A propósito do que estabelecia na folha n.º 3 escrevia o Eng.º Almeida Ribeiro:

O terreno representado nesta folha é por certo dos que oferecem mais dificuldades de melhoramento em toda a cidade de Guimarães. As ruas são estreitas, turtuosíssimas, e estão nelas edificadas algumas casas que é força respeitar. Além disto os níveis de algumas das ruas e terreiros apresentam um outro obstáculo a um bom melhoramento. Procurei aformosear este bairro do seguinte modo: inutilizei a actual Rua de Infesta e o lado austral da Rua do Poço, prolonguei o alinhamento da Igreja do Carmo até defronte da casa do Sr. Henri-

(º) Assim era então conhecida a igreja de S Miguel do Castelo.

que Cardoso, e formei um terreiro de todo o espaço ocupado pelo terreiro do Carmo, pela linha do projecto, e pelo lado norte da Rua do Poço. Uma rua curta mas larga comunica este terreiro com a Rua da Porta de Santo António. A Rua de Santo António, melhorada segundo o projecto, ficará sendo uma boa comunicação da Rua da Fonte Nova para a parte alta da Cidade. À Rua do Gado fui obrigado a conservar a forma actual, e assim mesmo o projecto que apresento, bem que mesquinho, corta parte do palacete do Sr. Pedro de Barros e parte do Recolhimento das Trinas. O principal melhoramento desta folha é sem dúvida a rua que com 10 metros de largura projectei da Rua da Porta de Santo António para o Alto do Picoto. Esta rua ainda que não seja continuada até Santa Luzia ficará sendo uma das melhores e das mais bem colocadas de Guimarães. Com a execução deste projecto fica inutilizado o pequeno terreiro junto à Porta de Santo António e a actual Rua do Picoto.

A Rua do Gado começava no Largo dos Laranjais e terminava na Viela do Campo Santo, assim designada por ligar esta parte da cidade ao cemitério então existente na proximidade do convento dos Capuchos que foi adquirida pela Santa Casa da Misericórdia, em hasta pública, no dia 13 de Julho de 1842, para instalação do seu Hospital até aí existente no edifício do Largo da Misericórdia. A partir dessa viela, onde findava a Rua do Gado, começava a Rua do Poço, que terminava na Rua da Porta de Santo António.

Do Largo dos Laranjais e em direcção à Rua de Santa Maria existia, e ainda existe, a viela então designada dos Laranjais. A Rua de Santa Maria, com começo no Largo da Oliveira, estendia-se até ao portal do Asilo de Santa Estefânia, aí começando a Rua da Infesta que ia até ao Largo dos Quartéis. Na parte da Rua de Santa Maria, onde se situa o palacete do Barão de Pombeiro, nascia a Viela do Sabugal, que terminava na Rua de Santa Cruz.

A Rua da Porta de Santo António tinha incício ao cimo das ruas do Poço e da Infesta, que ali terminavam, e vinha até perto do portão do Hospital. Era daí que se projectava a rua para o alto do Picoto e que poderia ser prolongada até à ponte de Santa Luzia, tornando-se deste modo, e como bem salientava o autor do projecto, «uma das melhores e mais bem colocadas de Guimarães». Infelizmente não teve então execução, como a não teve quando se procedeu ao alargamento da chamada Rua dos Palheiros, que teve depois a designação de Avenida Eng.º Duarte Pacheco, o qual, como ministro das Obras Públicas, ordenou esse alargamento e um novo planeamento a fim de

melhorar o trânsito para o Castelo a quando das Comemorações Centenárias de 1940.

Por sua vez as Ruas do Poço e da Infesta vieram a desaparecer com o arranjo e ajardinamento do Largo do Carmo. Assim desapareceu também a antiga capela de Nossa Senhora da Graça (ou de Nossa Senhora da Anunciada) que existiu no princípio da Rua da Infesta, ao fim da Rua de Santa Maria, dela restando, actualmente, uma janela crucífera que está colocada no muro da casa do Bringel, vindo também a desaparecer uma parte da Viela do Sabugal com a abertura da Rua de Serpa Pinto, e o restante, que ficara, pelo largo onde se situa o Palácio da Justiça.

A folha n.º 4 compreende a abertura de uma rua de ligação da Praça do Mercado a Santa Luzia, assim preconizada pelo Eng.º Almeida Ribeiro:

«Nesta folha apenas projectei uma rua continuação da rampa do novo mercado. Esta rua, tão simpática em Guimarães, deve ser aberta primeiro que qualquer outra, e pena é que uma expropriação dispendiosa não permita prolongá-la no mesmo alinhamento até à estrada de Fafe».

Ora esta folha representa mais alguma coisa do que o projecto da rua mencionada, pois abrange a abertura e alinhamento da Rua a que foi dado o nome de Paio Galvão, de ligação entre o Toural e o mercado, para o que se suprimia uma saliência do edifício do convento de S. Domingos (cuja demolição foi arrematada em 15 de Outubro de 1873), que dava origem à Rua de Traz do Mosteiro.

A rua projectada, e a que o Eng.º Almeida Ribeiro fazia especial referência, veio a ser aberta, e tem hoje o nome de Gil Vicente, mas não foi além do começo da Rua de Santa Luzia. Entre esta nova rua e a Capela de Santa Luza existia, e ainda existe, mas muito diferente do que então era, a Viela dos Bimbais que tinha um ramal que se estendia até ao Proposto e se prolongava, mas já com a designação de Viela do Proposto, até aos Pombais.

Quanto à folha n.º 5 abrangia a zona do Postigo da Guia, Viela do Esterpão, Largo da Guia, uma parte da Rua de Traz do Muro, uma parte do Campo da Feira até ao Teatro de D. Afonso Henriques, que fora inaugurado em 12 de Agosto de 1858, o Portelo das Hortas, a Rua dos Trigaís, a Torre dos Cães e o princípio da Rua de Santa

Cruz, zona esta para a qual não apresentou qualquer descrição justificativa de melhoramentos.

Essa descrição vem feita na folha n.º 6, acerca da qual escreveu:

«Esta folha contém as Hortas, o Campo da Feira, e suas imediações, e todo o mais terreno até às Carvalhas de S. Francisco. Na parte mais estreita do terreiro do Campo da Feira está edificado de há poucos anos o Teatro de D. Afonso Henriques. Como nenhum melhoramento podia projectar neste terreno sem tomar por guia o alinhamento do Teatro, conservei-lhe a actual forma e limitei-me a regularizar as linhas de edificação. Todavia se a calçada que actualmente parte do Largo da Guia para a embocadura da ponte for substituída por outra junto às edificações, a forma bastante irregular do terreno do Campo da Feira não impedirá que ele fique sendo uma bela praça. Sendo a Viela de Soalhães uma péssima comunicação entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira, projectei uma rua de 10 metros de largura a partir do terreiro das Carvalhas em continuação com o alinhamento do Hospital de S. Francisco.

Passarei agora a falar das Hortas. Como neste bairro não há uma rua, nem uma edificação de alguma importância, entendo que a Câmara o deve considerar como não existente e aproveitar o espaço por ele ocupado para a criação de um bairro novo, porque deste modo, além de aformosear esta parte da Cidade facilita os melhoramentos em outros pontos criando novos alojamentos para a população que os habita. A fertilidade do solo, e a proximidade do rio, de duas grandes igrejas, e de 4 fontes públicas recomendam a formação de um bairro para a classe pobre. Neste intuito regularizei a travessa e o largo da Fraga, e bem assim a Rua das Hortas, e desprezei a travessa que existe paralelamente a esta rua como inteiramente inútil. Desprezei igualmente a travessa das Hortas e a viela da Fonte do Abade abrindo novas ruas em substituição destas, a que não era possível dar uma forma regular. A abertura destas duas ruas permitirá que nelas se edifique sem fazer aquisição de terrenos em propriedades importantes como são as quintas pertencentes a casas do Campo da Feira. Regularizei também a estrada da Costa, e projectei uma pequena praça no ponto em que esta estrada se une com as três ruas do projecto. A estas ruas dei a largura de 6 metros suficientes para o fim a que as destino, mas às que ficam servindo de estrada para a Costa dei a largura de 7,5 metros.

Há neste projecto três pontos a assinalar: — a ligação, pelo Terreiro das Carvalhas, de S. Francisco ao Campo da Feira, estabelecendo-se o alinhamento pelo Hospital da Ordem Terceira, e que,

depois, prosseguindo pela Rua da Fonte do Abade, (onde se vieram a construir os lavadouros públicos), daria início a uma nova rua que ligaria o Campo da Feira ao Largo da Fraga, (proximidades do actual Liceu), projecto de larga visão no desenvolvimento urbanístico de Guimarães que, infelizmente, não teve execução.

Uma outra rua partiria das Carvalhas de S. Francisco, atravessava a Rua de S. Dâmaso e ia terminar no Largo da Oliveira, projecto arrojado, sem dúvida, tendo em conta a diferença de cotas de nível e a demolição de parte da muralha então ainda existente.

Por carta de lei de 1 de Março de 1875 foi concedido à Ordem de S. Francisco o edifício do antigo convento, de que a Ordem tomou posse em 12 de Julho desse mesmo ano. Em 31 de Maio de 1877 foi concluída a obra de pedreiro do edifício do Hospital, e em 30 de Junho de 1880 foi benzida e restituída ao culto a capela, obras estas em grande parte custeadas pelo Ministro da Ordem, comendador Cristóvão José Fernandes da Silva, mais vulgarmente conhecido pelo «Cidade», que faleceu em 15 de Janeiro de 1883.

Em Janeiro de 1880 apareceram cortadas as antigas e grandes carvalhas que davam o nome ao Terreiro e a que Inácio Carvalho da Cunha assim se referia no *Guimarães Combatido* (Coimbra, 1744, pág. 17).

Junto do Seminario Religioso
De letras, e virtudes habitado,
Convento singular, Templo espaçoso,
Onde o maior humilde he venerado,
Jaz hum terreiro de arvores frondoso,
Em que Santo Antonio celebrado
Forma aos romeiros cada tronco antigo
Dos ardores do sol mimoso abrigo.

A folha n.º 7 pode considerar-se um complemento da folha n.º 6, uma vez que se circunscreve ao núcleo de ruas existentes nas proximidades da igreja dos Santos Passos, ou do Campo da Feira, e acerca das quais escreveu o engenheiro urbanista:

A Rua das Pretas, a da Ramada, e o mais terreno à volta da igreja, e a calçada das Capuchas facilmente se regularizarão, seguindo-se as linhas que indiquei na planta. A Rua da Cancela (que nem de viela merece o nome) é daquelas que só se melhoram destruindo-se. Nesta convicção projectei uma nova rua cujo prolongamento deve cortar a Rua dos 120 a alguma distância da Rua de Couros.

Nessa altura o acesso à igreja dos Santos Passos era feito através de uma ponte sobre o regato, na qual estavam colocadas as estátuas que depois passaram a existir junto da escadaria do templo. A Rua das Pretas ligava à escadaria do palacete de Vila Pouca. Do princípio da Rua da Ramada estabelecia-se o alinhamento para a Calçada das Capuchas, bem como o da Rua da Cancela, para além da viela de Soalhães.

Na Calçada das Capuchas viria a ser inaugurada a 16 de Agosto de 1903 a primeira instalação termo-eléctrica para o fornecimento da luz eléctrica à cidade e que ali funcionou até 31 de Outubro de 1909.

Como refere o Padre António José Ferreira Caldas no volume II do seu livro «Guimarães» (págs. 148-151), a actual igreja dos Santos Passos substituiu «Uma humilde capelinha, precedida de um grande alpendre com assentos de pedra, dedicado a Nossa Senhora da Consolação, por um morador da vila, chamado Duarte Sodrê. Nesta capela foi instituída uma irmandade com o título da sua padroeira, e era exclusivamente composta de estudantes, com estatutos aprovados pelo arcebispo de Braga a 9 de Dezembro de 1594».

O risco da actual igreja é de André Ribeiro Soares da Silva, natural de Braga, onde nasceu a 30 de Novembro de 1720. Os trabalhos de construção, que começaram em 1769, já não puderam ser acompanhados por André Soares, que faleceu em 26 de Novembro desse ano, com 49 anos de idade.

Numa litografia de George Vivian, publicada no *Scenery of Portugal and Spain*, editado em Londres em 1859, figuram a Penha, em grande parte ainda escavada, a capela de S. Roque, a casa de Vila Pouca, a igreja dos Santos Passos sem as torres, e as colunas que serviam de suporte às estátuas então existentes sobre a ponte, com chorões a ladeá-la.

É que as torres só tiveram início em 28 de Maio de 1862, sob projecto do condutor de obras públicas Pedro Joaquim Ferreira, que, como acontecera com André Soares quanto à igreja, também não assistiu à sua conclusão, em 1870, pois faleceu em 20 de Junho de 1864. As torres ficaram protegidas por pára-raios, os primeiros que foram aplicados em Guimarães.

A folha n.º 8 abrange a zona histórica da Oliveira, e acerca dela escreveu o Eng.º Almeida Ribeiro:

No espaço ocupado pela Praça de S. Tiago, Rua dos Pasteleiros, Rua dos Açoutados, pela Rua dos Fornos, e pela parte da Rua de

Santa Maria compreendida entre a Praça da Oliveira e a Rua dos Pasteleiros projectei uma praça limitada pelas três linhas ponteadas traçadas na planta e pelo lado nascente da Rua de Santa Maria. As avenidas desta Praça foram também melhoradas dando à Rua do Espírito Santo uma largura de 8 metros e à Rua das Lamelas, cuja forma não pude alterar, uma largura de 6 metros. A capela de S. Tiago deve ser demolida ou removida para um dos lados da nova Praça se se entender que deve ser respeitado um edifício que foi templo do Paganismo e a primeira igreja cristã de Guimarães. Conservei intacta a Casa da Câmara como um monumento nacional. O melhoramento projectado na Praça da Oliveira não é excessivamente económico, mas não é caro, e parece-me que se recomenda por si mesmo. As linhas traçadas na planta designam as direcções que devem seguir as arcadas da praça.

A Rua Sapateira ficará muito boa com os novos alinhamentos, mas à Rua dos Mercadores não pude alterar a forma actual, nem me pareceu que se possa projectar melhor a não ser substituindo a curva que tracei no lado norte pela corda da mesma curva. No espaço compreendido entre a Viela do Anjo e o Postigo de S. Paio projectei uma praça limitada pelo norte pelo Asilo dos Inválidos cujo alinhamento prolonguei até à Viela de Arrochela, e pela igreja e sacristia de S. Paio; pelo sul pelo lado austral da Rua dos Açougues; pelo nascente pelo Recolhimento do Anjo, e pelo poente pelas trazeiras das casas do Toural. Destruí a Rua do Eirado do Forno para colocar no espaço por ela ocupado as Escolas de Instrução Primária que a Câmara intenta levantar, dando-lhe entrada pela Rua de Donães.

Os demais melhoramentos traçados na folha 8 não precisam explicação. Referindo-me debaixo do ponto de vista da economia a todos os melhoramentos designados nesta folha encontro alguns que demandam expropriações importantes, como por exemplo, o do Terreiro da Misericórdia e o Largo das Lamelas. Quanto ao 1.º considerado na parte do lado do poente pouco perde o aformoseamento se se demorar por muitos anos a sua execução, e pelo que respeita à parte do lado do nascente procurei indemnizar o proprietário da casa que faz frente para a Rua Sapateira deixando-lhe um terreno maior e mais regular do que ele possui actualmente. A mesma consideração faço relativamente à expropriação da casa do Sr. Portugal no Largo das Lamelas. Não tracei melhoramentos na Rua de Santa Maria porque me era impossível fazê-lo sem cortar o palácio do Sr. Conde da Azenha e outras casas importantes que existem nesta rua. Não alarguei a Rua

de Val de Donas, porque este melhoramento exigiria uma expropriação muito além das vantagens que deviam resultar de as levar a efeito. Também não alarguei a Rua Escura pelo mesmo motivo e porque o julguei desnecessário sobretudo com a abertura de uma rua em substituição da do Serralho. Não melhorei a Viela dos Laranjais porque entendo que a gastar-se dinheiro com uma comunicação entre as ruas do Gado e de Santa Maria devia ser com uma rua que partisse do Largo dos Laranjais para o Terreiro das Claras.

Como se vê, esta parte antiga da cidade mereceu ao autor do plano um desenvolvimento maior na exposição justificativa dos seus projectos.

Na Praça de S. Tiago, cuja capela, que foi demolida em 1887, substituiu a primitiva que estava em ruína em 1600, o alinhamento projectava-se pela esquina da loja que servia de adega ou celeiro da Casa do Arco e na qual, presentemente, se encontra instalada uma oficina de carpintaria, em linha recta que iria entroncar na Rua dos Fornos. Pelas trazeiras do edifício da Câmara era estabelecido o alinhamento até à Rua do Espírito Santo. Pouco mais ou menos a meio desta rua projectava-se a abertura de uma outra que a ligaria à Rua Sapateira cortando em grande parte a Viela do Serralho.

O alinhamento da Rua dos Fornos implicava uma demolição parcial, o recuo da casa do Sr. Portugal e o prolongamento desta para o Terreiro das Lamelas. Também era preciso proceder a cortes na Rua das Lamelas para lhe ser dada a largura de 6 metros, diminuindo-se, porém, a sua extensão para se poder proceder ao alargamento do Largo dos Laranjais. Outros alinhamentos ainda se propunham para alargamento do Terreiro das Lamelas e do Largo de S. Bento onde então ainda existia a torre que viria a ser demolida em 1870.

No Terreiro da Misericórdia o alinhamento proposto iria cortar uma parte da casa dos Coutos. Do lado poente outro alinhamento era proposto, que correspondia ao alargamento da chamada Porta da Vila.

A zona de S. Paio, onde existia a igreja paroquial, que foi demolida em 1914, era constituída pelo Postigo de S. Paio que ligava o Toural ao Largo de S. Paio e onde também se iniciava a Rua dos Açougues, o Largo dos Açougues e o Largo do Anjo, ambos a sul da igreja, ficando-lhe a norte o corredor da Misericórdia e a viela de Traz de S. Paio. Entre o Largo do Anjo e a Rua dos Açougues ficava a Viela do Anjo e entre a Rua dos Açougues e a da Tulha ficava a Rua de Alcobça que terminava nas escadinhas da «Fonte dos Passarinhos».

Já antes, em 30 de Outubro de 1878, a Junta de Paróquia de S. Paio tinha cedido à Câmara o cruzeiro do Senhor das Âncias, que se encontrava no meio do largo e foi para a freguesia de Nespereira em 18 de Fevereiro de 1879.

Todas estas ruas e ruelas desapareceram com a execução do projecto do largo, aprovado pela Câmara e iniciado no ano de 1913. Foi nesse ano que em sessão da Câmara de 21 de Maio foi resolvido representar ao Ministro da Justiça pedindo a demolição da igreja paroquial de S. Paio e que a sede da freguesia passasse a ser instalada na igreja de S. Domingos, como veio a acontecer.

Também foram demolidos o Recolhimento do Anjo e a capela românica de Nossa Senhora do Serviço, a que estava anexa a albergaria do mesmo nome.

Pelo lado da Rua da Tulha propunha-se, no plano do Engenheiro Almeida Ribeiro, o alargamento da entrada para a Rua do Eirado do Forno como continuidade da Travessa Sapateira (hoje de S. Crispim) para possibilitar a construção das escolas de instrução primária, projectando-se daí uma rua que ligaria o Eirado do Forno à Rua de Donães, que igualmente seria alargada em toda a sua extensão. Desapareceria uma parte da Viela do Esterpão, em face da rua projectada desde S. Francisco ao Postigo da Guia, que terminaria próximo do lado sul da igreja da Colegiada.

Quanto ao Largo da Oliveira estava assinalada a alpendrada do lado poente e sul que, nesta direcção, se prolongava até à Viela do Esterpão, assim como o Padrão e a oliveira, esta dali removida em face duma proposta nesse sentido aprovada em sessão da Câmara de 20 de Outubro de 1869, tendo sido serrada em 1872.

O tanque encostado à torre da igreja e construído no século XV foi demolido em 1904 e entregues à Sociedade Martins Sarmiento as pedras de armas que o ladeavam e se guardam no Museu daquela Sociedade.

Uma gravura de G. Vivian mostra-nos que a face sul da frontaria da igreja, sobretudo aquela que se projecta por detraz do Padrão, não corresponde ao que hoje é. No sítio onde foi colocada a lápide gravada pelo imaginário João Garcia existiam, à data da execução desse desenho, duas portas ogivais de agulha profunda, e mais acima, correndo à altura da parede, uma seteira e um janelo. Onde se vê um capitel jónico existia, singelamente, uma gárgula igual às da torre. Nos edifícios existentes na esquina que dava para a Senhora da Guia verificam-se notáveis variantes. Se o desenho correspondia à realidade de então, como tudo leva a crer, esses edifícios eram de três andares.

Sendo assim, as actuais só conservam da arquitectura exterior as arcadas, que também não correspondem às do desenho.

Posto isto, passemos à folha 9, a propósito da qual escreveu o Eng.º Almeida Ribeiro:

Nesta folha projectei melhoramentos na Rua Nova das Oliveiras e na Rua Travessa. Na primeira conservei a curva do lado do norte e dei à rua uma largura constante de 9 metros. Na Rua Travessa prolonguei o alinhamento do Convento das Dominicadas até à Rua de D. João I, e tracei do lado oposto, à distância de 8,75 metros, uma paralela a este alinhamento.

Esta folha, além das duas ruas mencionadas, abrangia, na direcção do Toural, a Rua de S. Domingos, e para o lado dos Pombais a Rua de D. João I. Entre o Toural e a rua projectada, de acesso ao mercado, continuava a figurar a saliência então existente do convento de S. Domingos que viria a desaparecer depois de 1873, ano em que foi arrematada a demolição do convento, e que dava origem à Rua de Traz do Mosteiro que deixou de existir com a abertura de nova rua (de Paio Galvão).

No lado sul da igreja do convento das Dominicanas começavam as Ruas das Molianas (para a Cruz de Pedra) e das Oliveiras, que findava na Rua de Traz dos Oleiros, seguindo-se-lhe, na direcção do Toural, a Rua das Lages. Também para estas duas se estabeleciam novos alinhamentos.

A norte do mercado ficava a Viela do Proposto (indicada do Preposto, na planta), que se prolongava, em curva, até à quinta dos Pombais, de que se ocupava a fl. n.º 10.

Desta zona dos Pombais trata a folha n.º 11 na qual o engenheiro urbanista traçava, desta maneira, os seus planos:

A Rua das Lameiras, única comunicação entre a Cruz de Pedra e S. Lázaro precisa de uma maior largura em todo o seu comprimento, e de ser prolongada até à Rua de D. João I. O projecto que apresento, com 9 metros de largura, estabelecerá uma excelente ligação entre as estradas de Santo Tirso e do Porto. O bairro de Traz Gaia, tal qual existe, deve desaparecer do mapa da cidade. Na planta geral tracei algumas linhas tendentes a este fim por ocasião de falar em outro projecto.

A projectada ligação entre a Cruz de Pedra e São Lázaro denota uma surpreendente visão das necessidades já então expostas. Se essa rua tivesse sido aberta, mas mais projectada sobre os Pombais, ter-se-iam resolvido problemas de circulação rodoviária de ligação das estradas de Santo Tirso, pela Cruz de Pedra, e do Porto, pelos

Pombais a Famalicão, evitando-se, a partir de então, a passagem de viaturas pelo centro da cidade, como ainda hoje se mantém. Este projecto de então corresponde, mais ou menos, ao que se veio a estabelecer para o prolongamento da rodovia, a partir do Castanheiro.

Relacionada com esta zona é, também, a folha n.º 12 que abrange as ruas das Molianas, Madroa e Cruz de Pedra, e nela se defendia:

O projecto com a largura de 9 metros em toda a extensão da rua, ainda que um tanto dispendiosa a partir da ponte da Madroa, parece-me satisfazer às condições de uma boa comunicação entre o Touro e a estrada de Santo Tirso.

Na Rua das Molianas previa-se um alargamento contínuo, do lado nascente, em recta, até à viela da Caldeiroa, e daí, pelo poente, até à das Freiras, que dava para Traz-Gaia.

A partir da viela da Caldeiroa começava a Rua da Madroa que terminava na viela do Arquinho, partindo daí a Rua da Cruz de Pedra até ao cruzeiro existente em frente da entrada da casa do Costeado. Em toda a extensão, desde as Dominicas até à Cruz de Pedra, o alinhamento estabelecido dava-lhe uma largura de 9 metros, o que era de considerar nesse tempo.

Acerca dos projectos contidos na folha n.º 13, que era a última, esclarecia o autor do plano:

O terreno representado nesta folha é de muito fácil melhoramento na parte que respeita aos três terreiros, de S. Sebastião, de S. Francisco e das Carvalhas. Demolida a Alfândega e com mais necessidade e mais vantagem que a da Alfândega, a igreja de S. Sebastião, estabelecendo-se ruas junto às edificações, e acrescentando-se as que tracei nas Carvalhas de S. Francisco, inclusive a que deve ligar este terreiro com o do Campo da Feira, a parte de Guimarães compreendida entre o novo mercado e as Capuchas, ficará sendo bela e ampla.

A Rua da Caldeiroa, como as demais ruas da cidade, não conserva uma largura constante em todo o seu comprimento. Melhorei-a dando-lhe a largura de 9,5 metros, a máxima que ela tem actualmente. Toda a edificação da Rua de Relho não tem importância. Atendendo a isto e à actual forma da rua parece-me que o melhor que a Câmara tem a fazer é desprezar a rua actual e rasgar uma nova no sentido das linhas que projectei.

Respeito ao Largo da Rua de Couros e às demais ruas compreendidas entre o Terreiro de S. Francisco e a Rua dos 120, tracei na planta os melhoramentos que me parecem deverem ser adoptados. Não deixarei de dizer que a comunicação que estabeleço entre o Terreiro de S. Francisco e a Rua d'Além do Rio é bastante dispendiosa, porque comporta a demolição completa de um lado inteiro da actual Rua de S. Francisco, mas a simples inspecção da planta mostra que, sem este sacrifício, não se pode aformosar, nem colocar em boas condições, esta parte da cidade.

Levados a efeito os melhoramentos projectados nas folhas 11, 12 e 13 torna-se útil a abertura de uma rua que partindo da Rua d'Além do Rio vá terminar em S. Lázaro seguindo a direcção geral das actuais vielas da Caldeiroa e das Freiras. A execução desta rua, que tracei na planta geral, demanda a demolição de uma parte do bairro de Traz Gaia.

Nas folhas n.ºs 6, 8 e 13 projectei uma rua entre o Postigo da Guia e as Carvalhas de S. Francisco. Da execução deste projecto resultará a demolição da viela do Esterpão e das vielas de S. Dâmaso e do Quintal.

Observarei, em conclusão, que não ignoro os meios em demasia exíguos de que a Câmara pode dispor para levar a efeito uma grande parte dos projectos que apresento. Em uma cidade, como Guimarães, excepcionalmente irregular e onde os aformoseamentos só se podem obter à custa de expropriações numerosas, é indispensável, com relação a algumas delas, esperar do tempo o que se não pode conseguir da actualidade. Na Inglaterra, decretado um melhoramento, executam-no à medida que os proprietários vão reconstruindo as suas casas. Este meio, rápido naquele país, deve ser muito moroso em Guimarães, mas é o único que as Câmaras poderão empregar para realizar bons melhoramentos nos sítios onde a edificação tem valor. Em outras partes da cidade, onde a propriedade está a cair em ruínas, ou é de pouca importância, é muito possível tentar desde já as expropriações necessárias para levar a efeito os melhoramentos respectivos. Estas expropriações, quanto a mim, devem ser reputadas indispensáveis para colocar toda cidade em boas condições higiênicas, e foi por este motivo que em todos os meus projectos levei em mira o desaparecimento dos bairros mais insalubres e mais indecentes da cidade.

Esta exposição, longa como precisava de ser para justificar a execução do plano, é deveras elucidativa.

Debruçando-nos sobre esta folha 13 verificámos a existência, nessa altura, do Terreiro de S. Sebastião na frente da igreja voltada

para a Casa da Alfândega com a alpendrada construída por João Lopes de Amorim entre 1611/1613. Para a parte sul deste terreiro situavam-se as ruas da Caldeiroa e de Relho para as quais se estabeleciam novos alinhamentos dando-lhes a largura de 9,5 metros. A Rua de Relho era a que dava acesso aos jardins e Palácio de Vila Flor, e, depois da inauguração do caminho de ferro, através do Campo do Minhoto, à estação do Cavalinho.

Também a sul da igreja de S. Sebastião existia a Rua de S. Sebastião seguida do Largo de S. Francisco onde a 20 de Outubro de 1887 foi inaugurada, com a presença do Rei D. Luís I e da Família Real, a estátua de D. Afonso Henriques, depois apeada em 6 de Julho de 1911 e colocada no Toural conservando-se ali até 1940, sendo nesse ano colocada na «Colina Sagrada», nas proximidades dos Paços dos Duques de Bragança.

A norte deste largo ficava a chamada «Fonte dos Passarinhos» sob a rampa de acesso à Rua de Alcobaça, mencionada na planta por Torre Velha, (uma das torres da antiga muralha), seguindo-se-lhe a Rua de S. Dâmaso, e como prolongamento desta, depois da curva que ali existiu, a Rua de Traz do Muro, a ligar ao Campo da Feira.

Ainda para sul do Terreiro de S. Francisco e com acesso pela Rua de S. Sebastião, ficavam a Rua do Guardal e o Largo da Rua de Couros, a que se seguia a Rua de Couros, que terminava nas margens do regato e para a qual eram propostos alinhamentos. Daí seguia-se-lhe a Rua d'Além do Rio, em que se situava a residência do comendador Cristóvão José Fernandes da Silva, mais conhecido pelo «Cidade», (que, como já referimos, foi o grande benfeitor e impulsor das obras da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco), e a Rua dos 120.

Em 1869, seis anos depois da apresentação do plano do Eng.º Manuel Almeida Ribeiro, a Câmara nomeou uma Comissão de Melhoramentos, composta pelos Srs. Dr. Bento António de Oliveira Cardoso, Barão de Pombeiro, José Taveira Carvalho Pinto de Meneses (Primeiro Engenheiro do Distrito), João de Castro Sampaio, Francisco Pinto do Amaral e Freitas, Dr. Avelino Germano da Costa Freitas, (Subdelegado de Saúde), Dr. Avelino da Silva Guimarães, (Vice-presidente da Câmara), Rodrigo Teixeira de Meneses, Dr. Francisco Martins Moraes Sarmento, Luís Cardoso Martins de Macedo e João Baptista Sampaio, comissão esta que tomou posse em 5 de Julho desse ano, que lhe foi conferida pelo Visconde de Santa Luzia, Presidente da Câmara.

Na reunião seguidamente efectuada, o Sr. Barão de Pombeiro propôs que fosse presidente da Comissão o Vice-presidente da Câmara, como seu delegado, e secretário Rodrigo Teixeira de Meneses, como o mais novo. Por sua vez o Sr. José Taveira Carvalho Pinto de Meneses expoz o seu programa de trabalhos, propondo que houvesse um plano definitivo e um plano provisório de melhoramentos, incluindo-se neste todos os melhoramentos a que se devesse dar começo, segundo a sua maior ou menor urgência, e no definitivo todos aqueles que se tivessem de realizar em mais remota época.

Na sessão realizada no dia 7 o Sr. Taveira de Meneses propoz a construção de uma estrada vicinal ligando em volta dos subúrbios da cidade as estradas de Braga, Fafe, Santo Tirso e Famalicão, partindo do Miradouro à igreja de S. Miguel de Creixomil, daqui ao Salgueiral, do Salgueiral à baixa da Vaca Negra, daqui à capela de S. Roque, percorrendo a Penha até S. Romão de Mesão Frio, e seguindo à capela da Madre de Deus, monte de S. Pedro, Atouguia terminando no Miradouro. Lembrando à Câmara a conveniência da inclusão desta estrada no plano das estradas vicinais do concelho, propôs ainda a abertura de uma rua da circunvalação que do Largo do Cano seguisse por detraz do Hospital da Misericórdia até Vargas e à Feijoeira, continuando por detraz da Casa dos Pombais e pelas Lameiras até ao Campo da Feira. A este propósito o Sr. Francisco Pinto do Amaral lembrou a conveniência de se estudar mais devidamente este assunto e se indagar se não seria mais conveniente abrir uma rua que partindo de Vila Verde viesse sair à igreja do Campo da Feira e fosse, mais tarde, ligar à Rua da Madroa. Esta proposta estrada de circunvalação voltou a ser tratada em sessão da Câmara realizada em 17 de Maio de 1889, mas sem resultado.

Igualmente se propoz para local do novo cemitério o Monte de Traz e terrenos adjacentes entre o Cano e a estrada de Fafe, e que logo que a Comissão escolhesse o terreno fossem consultados todos os médicos da cidade para darem parecer.

No respeitante à aquisição de edifícios para as repartições públicas foi resolvido propôr à Câmara que solicitasse o convento de Santa Clara para nele se concentrarem o Tribunal, com cartórios e gabinetes, as repartições de Fazenda, de pesos e medidas, expostos, administração do concelho e a própria Câmara, ficando deste modo as repartições públicas não só em local central e sadio mas também com sufficiente comodidade.

Entrando na apreciação do plano do Eng.º Almeida Ribeiro, a Comissão resolveu aceitar e realizar os melhoramentos nele propostos

relativamente ao Passeio Público, à sugerida rua do Cano aos Quarteis, ao melhoramento da Rua de Santa Bárbara, ao rebaixamento do Terreiro do Cano, à demolição do muro do Asilo, substituindo a parte demolida por uma grade de ferro, e acrescentar aos melhoramentos indicados um jardim no Terreiro do Cano, ficando para campo de manobras militares o Terreiro de S. Francisco.

Resolveu ainda aproveitar todo o projecto do Eng.º Almeida Ribeiro para as ruas do Cano de Baixo e de Cima, dos melhoramentos da Rua de Santo António, mas modificando-o quanto ao ângulo que ali ficaria a existir; construir a projectada Rua da Porta de Santo António até à capela do Picoto, aumentando-a com duas rampas para a Rua de Santa Luzia, e proceder aos melhoramentos propostos para a Rua Nova de Santo António, a Rua do Gado e o Largo dos Laranjais, recuando-se o Passo ali existente, mas sem expropriações das casas importantes dessa zona como fora projectado pelo Eng.º Almeida Ribeiro. Mais resolveu melhorar o Largo de S. Bento, do lado fronteiro à casa de José Martins Minotes, demolir o arco de S. Bento, prolongar o alinhamento do Campo da Feira desde o Teatro de D. Afonso Henriques até à Rua Nova, e proceder à abertura de uma nova rua partindo da reentrância da Rua de Traz do Muro até à Rua Nova, seguindo daí pela Rua de Donães até à Rua dos Mercadores. Também aprovou o melhoramento da Travessa da Fraga fazendo-se ali um largo como fora projectado pelo Eng.º Almeida Ribeiro.

Na sessão do dia 8 foram apresentadas as seguintes propostas:

Alterar o projecto do Eng.º Almeida Ribeiro quanto ao alargamento da Porta da Vila, e modificar o que fora estabelecido para o lado norte da Praça do Toural em virtude do grande incêndio ocorrido no dia 4 de Junho;

Proceder à demolição de todas as casas compreendidas entre as ruas de Infesta e do Poço, regularizando-se o Terreiro do Carmo;

Estabelecer posturas sobre projectos e alinhamentos de edifícios;

Melhorar a Rua das Hortas e fazer a junção desta com a projectada rua vinda dos Trigais;

Aprovar a abertura de uma nova rua partindo da junção da Rua das Hortas com a projectada Rua dos Trigais e também da rua da circunvalação, próximo da casa do Dr. Felgueiras;

Aprovar a abertura da nova rua projectada entre as Carvalhas de S. Francisco e o Campo da Feira e proceder a melhoramentos na Rua do Quintal para promover uma melhor ligação entre as Carvalhas de S. Francisco e a Rua de S. Dâmaso até à Rua de Donães;

Melhorar o Largo das Oliveiras do Campo da Feira, modificando-o apenas do lado da Casa de Vila Pouca de maneira a seguir o alinhamento do quintal e não o da casa;

Aprovar o projectado alargamento da Calçada das Capuchas e os melhoramentos propostos para a Rua Nova prolongando a linha em frente da Viela do Esterpão;

Melhorar a Rua dos Açougues, prolongando os arruamentos da Rua Nova e aumentando o Largo do Anjo até à Rua dos Açougues fazendo-se a demolição dos prédios existentes entre o largo e a Viela dos Açougues, melhorando-se também a continuação da Rua do Anjo até ao Postigo de S. Paio;

Alterar o projecto para a Rua da Tulha, principiando no Largo do Anjo em alinhamento com a igreja de S. Paio mas inclinando-se o mais possível para a parte esquerda de modo a evitar expropriações dos dois lados;

Formar um largo entre a Rua da Tulha e a Rua Sapateira com a demolição da casa do conde de Azenha, prolongando-se até ao Eirado do Forno, conforme a proposta apresentada pelo Dr. Avelino Germano da Costa Freitas;

Cingir o mais possível a Rua dos Mercadores aos alinhamentos já existentes, fazendo se somente as expropriações que se tornassem inevitáveis;

Seguir na Rua Sapateira o alinhamento que vem da Rua dos Mercadores, do Largo da Rua Escura e do Largo da Misericórdia para a regularização dos alinhamentos actuais;

Seguir na Praça da Oliveira o alinhamento defendido por Almeida Ribeiro, removendo-se o Padrão para o espaço compreendido entre o cunhal do portão lateral e a porta principal, e a oliveira, se fôr forçoso ficar no largo, para junto da torre do lado da Rua de Santa Maria, e compor na Praça de S. Tiago as ruas que circundam a capela;

Fazer-se a abertura de uma rua central que partindo da Estrada de Fafe vinha atravessar o quintal do Priorado, junto ao portão, e a Rua de Santa Maria, e, alargando-se a Rua do Espírito Santo, atravessasse igualmente o Terreiro da Misericórdia para terminar na Rua da Fonte Nova;

Proceder a melhoramentos na Rua dos Fornos prolongando-se o seu alinhamento pelo cunhal da casa das Lamelas.

Seguidamente, o presidente da Comissão, Dr. Avelino da Silva Guimarães, propôs que também se incluísse no plano definitivo a remoção da igreja de S. Sebastião, mas sempre de acordo, tanto quanto possível, com o pároco e com os paroquianos daquela freguesia, o que

foi aprovado, declarando o Sr. Luís Cardoso que não só aprovava a proposta mas a adoptava como sua.

Em 13 de Julho houve nova reunião da Comissão que, entre as deliberações tomadas, resolveu a construção de lavadouros públicos no Campo da Feira, junto do regato, por ser o local mais apropriado, e abrir uma nova rua partindo do lado direito de Santa Clara à Estrada de Fafe. Mais resolveu regularizar melhor e arborizar o Tournal, tomando-se por modelo o Largo da Batalha, no Porto, passando-se o chafariz para o centro e mudando-se o cruzeiro para lugar mais próprio; seguir na Rua de S. Domingos o alinhamento da igreja, cortando-se o altar da Senhora do Terço, a sacristia e as casas contíguas; escolher para a construção do Matadouro Público o terreno situado do lado de cima da Rua de Santa Luzia por aí haver água limpa, que se podia aumentar com depósitos e ficar perto da cidade, e na qual, dado o seu declive, não se tornavam possíveis arruamentos; regularizar e arborizar o Largo de S. Francisco com árvores nos lados e uma rua arborizada no centro, e, do mesmo modo, o Largo de S. Sebastião, também pelo sistema da Batalha, do Porto; melhorar a Rua da Caldeiroa dando-lhe menor largura do que a indicada pelo Eng.º Almeida Ribeiro e cingindo-a mais aos alinhamentos existentes; seguir o projecto do mesmo engenheiro para a Rua de Relho; cortar a alpendrada da Alfândega; proceder aos dois cortes projectados na Rua de S. Sebastião e aos dos quintais das Carvalhas de S. Francisco; adoptar os projectos elaborados para o largo e para as ruas de Couros e de Além do Rio, bem como o alinhamento proposto para a Rua de S. Francisco. Ainda resolveu que se procedesse à numeração dos prédios e à designação das ruas, devendo a Câmara instar com a autoridade administrativa nesse sentido por se achar em deplorável estado este ramo de serviço público.

Pelo presidente da Comissão, foi dito que no capítulo de edifícios públicos tinha a propor a construção de um edifício para biblioteca pública e aulas de instrução primária, latim e francês, e que este melhoramento devia fazer parte do plano provisório não só por se tratar já de um projecto da Câmara transacta e a que a actual deu começo de execução, mas por a Câmara possuir um núcleo, embora pequeno, para a constituição dessa biblioteca, ter um bibliotecário a quem foi atribuído o ordenado de 100\$000 reis anuais e, além disso, ser vergonhoso que a segunda terra do distrito, se não a primeira na riqueza e população, continuasse desprovida de uma biblioteca que servisse a sua gente. Nessa conformidade o Sr. Taveira Marques propôs que essa biblioteca fosse constituída não só por obras científicas

e literárias mas fosse também uma biblioteca municipal segundo o sistema francês, isto é, uma biblioteca industrial e agrícola.

A fundação e a inauguração da Sociedade Martins Sarmiento em 1884 satisfez, plenamente, os fins a que obedecia a proposta do Dr. Avelino da Silva Guimarães.

O presidente da Comissão propôs ainda que fossem incluídas no programa definitivo a abertura de novas ruas ligando a cidade à nova estrada vicinal, partindo uma das Hortas à Costa, outra como prolongamento ou melhoramento da Calçada da Conceição, uma outra partindo das Oliveiras do Campo da Feira à capela de S. Roque e ainda outra partindo de S. Lázaro, perto dos Pombais, à Atouguia.

Nova reunião se realizou no dia 15, na qual foi proposto pelo Sr. João de Castro Sampaio que se lembrasse à Câmara a conveniência de se pedir ao Governo a parte vaga do convento de S. Francisco, para aí ser instalada a escola do conde de Ferreira e, deste modo, se poder aceitar o respectivo legado uma vez que o terreno e os materiais se obteriam sem encargo para o município, isto sem prejudicar a que se deve instalar no edifício da biblioteca, ao Terreiro do Carmo, pois numa cidade tão populosa como esta não são de mais duas escolas de instrução primária. Tratou-se, depois, do abastecimento de águas e foi apreciado o estudo a que, com esse fim, tinha procedido o Sr. Taveira de Meneses.

Na sessão que se realizou no dia 16, o Sr. Francisco Ribeiro Martins da Costa disse que as praças do Toural e de S. Francisco eram, pela sua situação, as mais frequentadas e de mais vida e comércio e, por isso, as mais importantes da cidade pelo que, de preferência, deviam prender a atenção da Comissão para o seu embelezamento, propondo, nesse sentido, a desmontagem do tanque do Toural e a demolição da igreja de S. Sebastião. A Comissão também considerou de primeira necessidade e urgência a conclusão do novo mercado.

A Comissão voltou a reunir, pela última vez, em 21 de Julho e nela se tratou da escolha do local para a construção da cadeia comarcã, sendo indicada a cerca do convento de Santa Clara «a começar na barreira do Fogueteiro, porque alí não ficava nem no centro da cidade, nem longe, com a facilidade de se obter o terreno de graça».

Aqui fica uma panorâmica do que, urbanisticamente, era Guimarães nesse tempo e quais as alterações que se lhe pretendiam dar. Algumas foram realizadas, outras modificadas e ainda outras não passaram de aspirções que se não concretizaram.

Como fora proposto, o chafariz do Toural, construído em 1583 sob traça do mestre de pedraria vimaranense Gonçalo Lopes, a expen-

sas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da igreja de S. Domingos, foi demolido em 3 de Junho de 1874, (depois de se ter efectuado de noite uma demolição parcial em 26 de Outubro de 1865), e arrumado na Praça do Mercado até 1891, ano em que foi colocado no Largo do Carmo, onde presentemente se encontra. O cruzeiro também existente no Toural, conhecido por «Cruzeiro do Fiado» e igualmente construído a expensas da mesma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em 1650, foi demolido em 1874.

Depois destas demolições começou, em 1878, a construção do jardim que ali existiu até que em sessão da Comissão Administrativa da Câmara, realizada em 11 de Fevereiro de 1911, se resolveu proceder à modificação do Toural. A 1 de Março de 1880 foi feita a montagem do coreto e também colocado um fontenário de mármore branco. Do pavoroso incêndio que em 4 de Junho de 1869 deflagrou nos prédios da ala norte do Toural resultaram as novas construções que ali se fizeram. Pena foi que nessa altura se lhes não tivesse atribuído um alinhamento desde a Porta da Vila ao começo da Rua de S. Domingos de modo a que a construção desses prédios fosse um pouco mais recuada.

Em 23 de Janeiro de 1880 foram plantadas no Largo de S. Francisco 30 acácias, o que originou protestos por parte dos habitantes desse largo que propuseram a sua substituição por outras árvores de folha caduca. Na manhã de 16 de Fevereiro seguinte todas essas árvores apareceram cortadas à navalha. Tendo constado aos habitantes do largo que a Câmara lhes atribuíra esse corte e que, em represália, ia dali ser mudada a feira do pão, logo manifestaram o seu alheamento desse facto e comprometeram-se a plantar novas árvores, as quais foram postas a 22 desse mês. Em Julho de 1881 a Câmara mandou colocar bancos de ferro debaixo dessas árvores, e em 1889 foi colocada no Largo do Trovador a fonte que se encontrava no Largo de S. Francisco.

Tendo sido autorizada por Decreto de 11 de Março de 1876 a expropriação, por utilidade pública, dos terrenos da Alfândega, começou-se em 15 de Maio desse ano a demolição da alpendrada. Em 11 de Agosto foi apeada a estátua de pedra que encimava a Casa da Alfândega, a qual foi colocada no dia 20 de Junho de 1877 no edifício da Câmara Municipal razão, talvez, porque desde então ficou a ser conhecida pela figura do Guimarães.

Entretanto foram prosseguindo as obras da igreja de S. Pedro, sendo em 22 de Dezembro de 1883 colocada a tíara pontifícia sobre o

brasão que decora o frontespício e, poucos dias depois, rematado o frontão. A cruz pontifical foi colocada a 24 de Abril de 1884.

Quanto à igreja de S. Sebastião foi iniciada em 1 de Novembro de 1892 a demolição do adro, depois de terem sido apeados os 3 sinos existentes na torre, tendo a Câmara resolvido que o Passo nela existente fosse colocado encostado à torre da igreja de S. Dâmaso, por anuência da Irmandade do Cordão e Chagas, e não no Largo de S. Francisco como antes havia sido deliberado. Em 24 de Outubro já tinham seguido para a igreja de Tabuadelo o altar do Senhor Jesus, bem como o retábulo e a tribuna. A torre foi levada para a igreja de Creixomil e o tanque que existia nas proximidades resolveu a Câmara, em 1895, mudá-lo para a Rua de Relho, o que não foi levado a efeito por terem sido iniciadas em 1891 as obras de abertura da avenida para a estação de caminho de ferro, cujo projecto fora aprovado pelo Governo, em 1889, por influência e persistência de João Franco, o activo deputado por Guimarães, eleito em 29 de Junho de 1884.

Guimarães fora elevada a cidade em 1853 por carta assinada pela Rainha Senhora D. Maria II, em 22 de Junho desse ano.

Com a inauguração do caminho de ferro da Trofa a Guimarães (7) em 14 de Abril de 1884 e a realização da Exposição Industrial em 15 de Junho, no palacete de Vila Flor, por iniciativa da Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães passou a atravessar um período de grande progresso industrial de que resultaram novos anseios urbanísticos não previstos no projecto do Eng.º Almeida Ribeiro e de tal modo que em sessão de 26 de Abril de 1893 o vereador José Miguel da Costa Guimarães se referiu à necessidade de uma actualização desse projecto.

Em 27 de Março de 1890 foi decretada a construção da avenida que ligou o Tournal à estação de caminho de ferro, sendo Ministro da Fazenda o Conselheiro João Franco.

É que se a Exposição Industrial teve no país uma repercussão assinalável por ter constituído uma glorificação do trabalho e a afirmação das potencialidades da então ainda incipiente indústria vimaranense, o caminho de ferro veio dar a Guimarães uma nova projecção com a sua ligação às fortes artérias da circulação nacional.

Manuel Alves de Oliveira

(7) Ver de Manuel Alves de Oliveira, *Lá vem o comboio novo*. Guimarães, 1984.

ACTUALIZAÇÃO TOPONÍMICA

Calçada das Capuchas	— Rua D. Domingos da Silva Gonçalves
Campo da Feira	— Largo da República do Brasil
Carvalhas de S. Francisco	— Integrada na actual Alameda
Largo do Anjo	— Integrado no Largo da Condessa do Juncal
Largo da Fraga	— Rua Almirante Sousa Ventura
Largo da Guia	— Largo Alfredo Guimarães
Largo das Lamelas	— Largo Dr. João da Mota Prego
Largo dos Quartéis	— Largo dos Paços dos Duques de Bragança
Largo da Rua de Couros	— Largo do Trovador
Largo de S. Bento	— Largo Dr. João da Mota Prego
Largo de Santa Margarida	— Parque do Castelo
Portela das Hortas	— Rua Dr. José Sampaio
Postigo da Guia	— Rua Alfredo Guimarães
Postigo de S. Paio	— Largo A. L. de Carvalho
Rua dos Açougues	— Integrada no Largo da Condessa do Juncal
Rua d'Além do Rio	— Largo do Cidade
Rua dos 120	— Rua de Vila Verde
Rua do Eirado do Forno	— Rua do Ourado
Rua Escura	— Rua Gravador Molarinho
Rua do Espírito Santo	— Rua Dr. António da Mota Prego
Rua da Fonte Nova	— Rua de Santo António
Rua dos Fornos	— Rua Gravador Molarinho
Rua das Hortas	— Avenida dos Combatentes da Grande Guerra
Rua do Gado	— Rua das Trinas
Rua da Infesta	— Integrada no Largo de Martins Sarmento
Rua das Lages	— Rua de Camões
Rua das Lamelas	— Rua João Lopes de Faria
Rua da Madroa	— Rua da Liberdade
Rua dos Mercadores	— Rua da Rainha de D. Maria II
Rua das Molianas	— Rua da Liberdade
Rua Nova	— Rua Egas Monis
Rua Nova das Oliveiras	— Rua de Camões
Rua das Oliveiras de Santa Cruz	— Rua de D. Mafalda

Rua dos Palheiros	— Avenida Gen. H. Delgado
Rua dos Pasteleiros	— Integrada na Praça de S. Tiago
Rua do Poço	— Integrada no Largo de Martins Sarmento
Rua das Portas de Santo António	— Rua do Conde D. Henrique
Rua do Quintal	— Integrada na actual Alameda
Rua de Relho	— Rua de Vila Flor
Rua de Santa Bárbara	— Parque do Castelo
Rua de Santa Cruz	— Parque dos Paços dos Duques
Rua de S. Dâmaso	— Integrada na actual Alameda
Rua de S. João do Castelo	— Parque do Castelo
Rua Sapateira	— Rua da Rainha D. Maria II
Rua Travessa	— Rua Dr. Bento Cardoso
Rua de Traz do Mosteiro	— Rua de Paio Galvão
Rua de Traz do Muro	— Integrada na actual Alameda
Rua dos Trigais	— Avenida Dr. Alberto Sampaio
Rua da Tulha	— Rua Dr. Avelino Germano
Terreiro das Carvalhas	— Integrado na actual Alameda
Terreiro das Claras	— Largo do Cónego José Maria Gomes
Terreiro de S. Francisco	— Actual Alameda
Terreiro de S. Sebastião	— Actual Alameda
Torre dos Cães	— Avenida Dr. Alberto Sampaio
Travessa da Fraga	— Rua Abade de Tagilde
Travessa da Rua Sapateira	— Rua de S. Crispim
Vielã do Esterpão	— Rua João de Melo
Vielã da Fonte do Abade	— Já não existe
Vielã da Sabugal	— Rua de Serpa Pinto
Vielã dos Laranjais	— Vielã da Senhora Aninhas
Vielã de Santa Margarida	— Parque do Castelo
Vielã de S. Dâmaso	— Integrada na actual Alameda
Vielã de Soalhões	— Vielã dos Terceiros